

10, 11 e 12 de novembro de 2025

**POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP**  
PORTO - PORTUGAL



---

## **POLÍTICAS EDITORIAIS SOBRE DADOS DE PESQUISA EM PERIÓDICOS DA CIÊNCIAS DA SAÚDE INDEXADOS NA SCIELO**

---

**Janaina Lais Pacheco Lara Morandin, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília,  
0000-0001-7172-3087, Brasil, janaina.morandin@unesp.br**

**Fernanda Bochi, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, 0000-0002-3275-0725,  
Brasil, fernanda.bochi@unesp.br**

**Maria Cláudia Cabrini Grácio, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, 0000-  
0002-8003-0386, Brasil, cabrini.gracio@unesp.br**

### **Exo: Gestão da Informação e do Conhecimento**

#### **1 Introdução**

O compartilhamento de dados de pesquisa (CDP) é um princípio da Ciência Aberta voltado à transparência e colaboração científica. Segundo Piwowar (2011), o compartilhamento e o reuso de dados pode potencializar a eficiência e a qualidade da pesquisa, além de permitir explorar hipóteses relacionadas ou novas, principalmente quando combinados com outros conjuntos de dados disponíveis.

Assim, o compartilhamento de dados de pesquisa tem conquistado o reconhecimento por parte de organismos internacionais, agências de fomento, sociedades científicas e pesquisadores.

Diversas organizações têm estabelecido diretrizes no sentido de ressaltar as vantagens do compartilhamento, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Royal Society. Da mesma forma, instituições como a National Information Standards Organization (NISO), em conjunto com a National Federation of Abstracting and Information Services publicaram um conjunto de práticas recomendadas visando auxiliar editoras e editores na orientação de autores e

pareceristas, quanto ao tratamento de materiais suplementares (Sturges *et al.*, 2015).

No contexto brasileiro, um estudo realizado na Fiocruz aponta que, embora a maioria dos pesquisadores reconheça os benefícios do compartilhamento, ainda existem barreiras como a desinformação sobre plataformas e normas vigentes, o que limita a prática na instituição (Veiga *et al.*, 2019).

Um aspecto importante a ser considerado no debate sobre o compartilhamento de dados de pesquisa é a identificação dos fatores que influenciam de forma positiva ou negativa o interesse dos pesquisadores em compartilhar os dados. O Modelo de Fatores que Influenciam o Compartilhamento de Dados de Pesquisa (MFDados), proposto por Veiga, Silva e Borges (2021), considera que o compartilhamento está condicionado a custos, benefícios e outros fatores. Barreiras como a possibilidade de perda de oportunidade de publicação, o tempo adicional necessário para preparação dos dados, preocupação com sigilo, usabilidade das plataformas e o receio de plágio ainda dificultam essa prática. Em contrapartida, benefícios percebidos como aumento da visibilidade, acessibilidade, reconhecimento acadêmico e credibilidade tornam-se estímulo para a prática do

compartilhamento. O modelo ressalta que a decisão de compartilhar dados é socialmente situada e depende da interação entre os atores envolvidos, as motivações e o ambiente técnico-institucional que os cerca.

Além dos fatores individuais e institucionais, políticas públicas e diretrizes nacionais e internacionais têm papel central no fomento ao compartilhamento de dados. O National Institutes of Health (NIH), nos Estados Unidos, é um exemplo de organismo que tem promovido políticas consistentes e progressivas nessa direção. Conforme estudo de Jorge e Albagli (2018), desde 2003, o NIH estabeleceu uma política geral de compartilhamento de dados para pesquisas com financiamento superior a US\$ 500 mil, exigindo um plano de compartilhamento como critério para a concessão de recursos. Além disso, foram instituídas políticas específicas em áreas como genômica, doenças raras, neuroimagem e ensaios clínicos, associadas a repositórios próprios e regras claras de governança. A experiência do NIH mostra que a criação de infraestrutura de dados, aliada a políticas consistentes e articuladas aos processos de financiamento e avaliação da pesquisa, pode fomentar uma cultura mais sólida de abertura e reuso de dados científicos.

O incentivo ao compartilhamento de dados, assim como à elaboração de Planos de Gestão de Dados, tem motivado a criação de repositórios como um canal eficiente de comunicação e publicação, por meio do armazenamento e gestão (Monteiro; Sant'Anna, 2022).

No Brasil, a iniciativa SciELO Data, proposta pela Scientific Electronic Library Online (SciELO), busca facilitar essa prática por meio de repositórios baseados nos princípios FAIR (localizável, acessível, interoperável e reutilizável). Contudo, a adoção ainda é limitada.

Nesse sentido, as iniciativas de dados abertos têm sido parcialmente atendidas, sobretudo quando se trata de periódicos científicos tradicionais, uma vez que não há maiores incentivos aos pesquisadores que

compartilham dados de suas pesquisas. Desse modo, o compartilhamento só ocorre quando há exigências ou incentivos claros. Embora muitas agências e alguns periódicos possuam políticas de compartilhamento, muitos autores ainda não cumprem as recomendações (Walters, 2020).

Nesse cenário, este estudo analisa a adesão de periódicos brasileiros da área da Ciências da Saúde, indexados na biblioteca eletrônica SciELO, às políticas de Compartilhamento de Dados de Pesquisa. De forma mais específica, caracterizam-se os periódicos da área da Ciências da Saúde quanto a sete indicadores: Compartilhamento de dados; Embargos; Citação de dados; Licenciamento de dados; Padronização no formato de dados; Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta; Indicação de repositório.

A Coleção SciELO Brasil é um indexador e publicador online de periódicos de qualidade do Brasil em modus operandi de Ciência Aberta, na modalidade dourada, com textos completos de periódicos científicos brasileiros de todas as áreas do conhecimento. Tem por objetivo contribuir para maximizar a qualidade, a visibilidade e o impacto das pesquisas, para o fluxo global de comunicação científica, a diversidade temática, o multilinguismo, assim como a reprodução, replicação, reuso e preservação digital dos dados de pesquisa e retorno dos investimentos em pesquisa. Ademais, a SciELO é pioneira mundial na adoção da publicação de periódicos em acesso aberto na modalidade dourada (SciELO, 2024).

Desde 2020, a SciELO apresenta critérios para a admissão e a permanência de periódicos científicos em sua coleção, alinhados ao modelo e práticas da Ciência Aberta (SciELO Brasil, 2024). Entre as ações relacionadas à gestão e operação editorial para o alinhamento com práticas da Ciência Aberta, os Critérios SciELO Brasil estabelecem que o periódico deve informar nas instruções aos autores que os dados de pesquisa subjacentes ao manuscrito devem ser citados, referenciados e disponibilizados em Acesso Aberto, exceto em caso justificáveis (Packer, 2025). Ainda neste sentido, a SciELO (2024) encoraja o

referenciamento de dados reusados, a necessidade de se estabelecer uma licença adequada para acesso e uso dos artigos publicados, além da promoção da interoperabilidade.

Desse modo, justifica-se o foco da pesquisa na biblioteca eletrônica SciELO Brasil, dado seu papel central que desempenha na promoção e adoção de práticas abertas nos processos de comunicação científica no país (Correa-Orrego *et al.*, 2025).

Quanto à Área da Saúde, Corrales-Garay *et al.* (2019) e Lee e Chung (2022) apontam que esta área está entre as *Main knowledge Areas* nos estudos sobre Ciência Aberta, com dados abertos e reuso de dados entre os principais temas. Todavia, no universo da ciência brasileira, estudos relativos à Ciência Aberta e políticas de compartilhamento de dados de pesquisa nesse campo do conhecimento são ainda incipientes.

Ademais, o interesse e estudos relativos a dados abertos de pesquisa é relativamente recente na literatura científica (Corrales-Garay *et al.*, 2019).

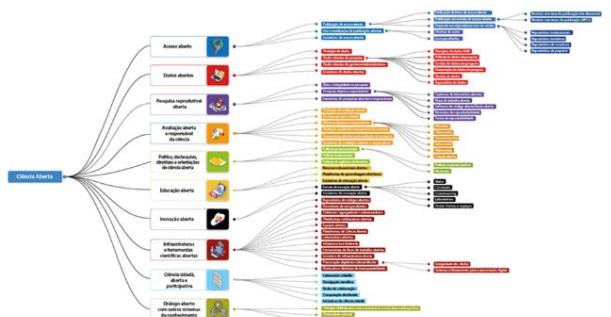
## 2 Referencial Teórico

Entendida como o conjunto de princípios e práticas empreendidas para o acesso e utilização do conhecimento científico por todos, a Ciência Aberta objetiva aumentar o compartilhamento da informação e a colaboração científica para o benefício da ciência e da sociedade (UNESCO, 2021). A Ciência Aberta compreende um movimento que busca tornar a pesquisa científica mais transparente, aberta e acessível, visando acelerar o avanço da ciência por meio da construção do conhecimento científico focado em maior impacto no desenvolvimento social (Martínez-Samper *et al.*, 2019). O avanço da Ciência Aberta depende da ação proativa de todos os atores e instâncias da pesquisa científica, entre os quais se destacam atores diversos, como os periódicos, seus editores e pareceristas (SciELO, 2024).

Diversos estudos se propuseram a apresentar uma taxonomia da Ciência Aberta, entre eles

Silveira *et al.* (2023). O modelo a seguir integra a recomendação da UNESCO (2021).

**Figura 1: Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada**



Fonte: Silveira *et al.* (2023)

No primeiro nível da taxonomia da Ciência Aberta (Figura 1), observam-se 10 facetas, entre elas os Dados Abertos, que podem ser definidos como dados que podem ser acessados, usados e compartilhados por qualquer pessoa, governo e empresa para gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais (Corrales-Garay *et al.*, 2019). Dentro da faceta Dados Abertos, encontram-se os Dados Abertos de Pesquisa, que envolvem a Gestão de Dados de Pesquisa e a Política de Dados de Pesquisa, entre outros.

O movimento de dados abertos de pesquisa tem como princípio a garantia da transparência, confiabilidade e possibilidade de reprodução, replicação e reuso dos dados (Silveira *et al.*, 2023). O compartilhamento dos dados de pesquisa permite a avaliação das metodologias e resultados apresentados nos textos dos manuscritos, assim como fortalece a credibilidade e a cooperação entre pesquisadores, essenciais para o avanço da ciência. Ademais, a abertura de dados (ou sua disponibilidade restrita em casos especiais) tem dois efeitos-chave para a ciência: sua preservação, ao evitar a perda de dados; retorno do financiamento público, ao permitir que os dados sejam utilizados por outros pesquisadores, podendo-se acrescentar também a contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisas (Packer, 2025).

Nesse contexto, de forma extremamente relevante, destacam-se os Princípios FAIR,

propostos por Wilkinson *et al.* (2016), amplamente reconhecidos como diretrizes para a boa gestão e compartilhamento de dados de pesquisa. O acrônimo FAIR refere-se a quatro características essenciais: Findable (localizáveis), Accessible (acessíveis), Interoperable (interoperáveis) e Reusable (reutilizáveis). Estes princípios visam garantir que os dados e seus metadados sejam não apenas abertos, mas efetivamente úteis para pesquisadores e sistemas automatizados. Como observa Veiga (2024), a adoção dos princípios FAIR potencializa a inovação científica ao assegurar que os dados possam ser encontrados, acessados e integrados a outras fontes, assim como reutilizados em diferentes contextos. Vale ressaltar que, embora dados FAIR não sejam necessariamente abertos, todo o dado aberto deve ser FAIR, a fim de potencializar seu impacto e valor científico (Caregnato *et al.*, 2021).

As discussões sobre compartilhamento de dados no contexto da comunicação científica têm sido tema recorrente no debate sobre Ciência Aberta. Como vantagens do compartilhamento, Piwowar (2011) ressalta que esta prática ajuda a identificar erros, desestimula fraudes, contribui com a formação de novos pesquisadores e no uso eficiente de recursos financeiros, ao evitar a coleta duplicada de dados. Além disso, segundo Vila Nova *et al.* (2024), fatores motivacionais individuais, como atitudes, crenças e percepções de benefícios, são determinantes no comportamento de pesquisadores frente ao compartilhamento de dados, sendo tão relevantes quanto os fatores institucionais ou técnicos.

Piwowar e Chapman (2008) reconhecem que a cultura de CDP é improvável de ser alcançada sem políticas de orientação. Assim, destacam o papel dos periódicos e agências de fomento nesse sentido, quando exigem que pesquisadores compartilhem seus dados com outros pesquisadores. Nesse contexto, observa-se que o acesso aberto a dados de pesquisa também tem sido impulsionado por diretrizes e exigências institucionais. Na União

Europeia, por exemplo, a Diretiva (UE) 2019/1024 determina legalmente o acesso aberto a dados de pesquisa, resultante de decisões tomadas por entidades que financiam e conduzem pesquisas (Fischer & Piskorz-Ryń, 2021). Esse tipo de regulação reforça o papel das agências de fomento como impulsionadoras da transparência científica. No Brasil, contudo, entre as agências de fomento à pesquisa, apenas a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) possui uma política explícita de gestão de dados de pesquisa (Packer, 2025). Desde 2017, na submissão de projetos, a FAPESP exige a apresentação de um Plano de Gestão de Dados, no qual devem ser detalhados os processos de geração, disponibilização e preservação dos dados, observando as restrições éticas, de confidencialidade e de segurança aplicáveis (FAPESP, 2017).

Sturges *et al.* (2015) reforçam que as políticas mais eficazes são aquelas que exigem o compartilhamento, ao mesmo tempo em que facilitam o mesmo por meio de orientações quanto aos metadados e repositórios adequados com links acessíveis. Tais práticas beneficiam não apenas os próprios pesquisadores, mas também outros cientistas, que podem complementar os dados depositados. No caso de compartilhamento obrigatório, Piwowar (2011) sugere que a obrigatoriedade é útil para mostrar o grau de conformidade dos pesquisadores com as práticas exigidas e suas possíveis consequências. Por outro lado, o autor aponta que o compartilhamento voluntário permite compreender quais dados são mais facilmente compartilhados, sobre quais assuntos, por quem e em quais locais.

Nesse sentido, também Walters (2020) considera que autores de artigos de periódicos geralmente não compartilham dados, a menos que mandatos ou outros mecanismos o exijam ou incentivem essa prática. Para Sturges *et al.* (2015), questões relacionadas à propriedade intelectual podem limitar o CDP, já que pesquisadores podem buscar a consolidação de direitos sobre ideias derivadas dos dados,

no que diz respeito a tópicos de pesquisa e inovações. Somando-se a isso, o estudo de Monteiro e Sant'Anna (2022) identifica outros fatores que podem limitar os pesquisadores quanto ao CDP, como pouca clareza quanto às normas ou seu descumprimento, baixa percepção de benefícios e acréscimo de esforços. Por outro lado, o apoio de bibliotecários e o reconhecimento de benefícios sociais e éticos podem influenciar positivamente o comportamento quanto ao compartilhamento.

Em periódicos de qualidade, a exigência de que o autor do artigo declare a disponibilização dos dados subjacentes é um critério comum para a aceitação de manuscritos (Packer, 2025). Nesse cenário, para atender à demanda do movimento de dados abertos de pesquisa, os periódicos científicos têm se defrontado com questões e desafios relativos ao recebimento, à avaliação, à armazenagem, à distribuição, ao acesso e à divulgação de dados científicos (Silveira *et al.*, 2023).

As políticas editoriais de periódicos direcionadas à questão da vinculação dos dados de pesquisa aos artigos são relevantes para evidenciar a transparência e credibilidade da publicação (Silveira *et al.*, 2023). Todavia, segundo Silveira (2023), é a partir de 2020 que surgem as recomendações e boas práticas para a implementação de políticas editoriais de dados de pesquisa, com orientações mais precisas nas instruções aos autores sobre o compartilhamento de dados.

Nos últimos anos, observam-se estudos dedicados a analisar políticas editoriais de periódicos científicos em relação à adesão e recomendação das práticas da Ciência Aberta, entre elas o compartilhamento dos dados de pesquisa. Dentre eles, destacam-se: Castro *et al.* (2017), que avaliam as políticas editoriais sobre compartilhamento e citação de dados de pesquisa de periódicos de Acesso Aberto, indexados nos diretórios Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Open Journal Systems (OJS); Rousi e Laakoo (2020), que analisam 366 periódicos na área de Neurociência; Walters (2020), que analisam periódicos da área da Saúde e Ciências Biológicas; Araujo e Príncipe

(2021), que analisam todos os periódicos da área da Ciências da Saúde indexados na SciELO; Silveira *et al.*, (2023), que analisam periódicos da Comunicação e Informação; Caregnato *et al.* (2024), que analisam periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data .

Atrelado ao princípio do compartilhamento dos dados de pesquisa, os repositórios de dados se destacam como instrumentos especializados na publicação, curadoria e disseminação de conjuntos de dados, contribuindo para a sua validação como produtos científicos legítimos.

No Brasil, o SciELO Data é um repositório de dados de pesquisa associado aos periódicos publicados pela Coleção SciELO. Implantado na plataforma Dataverse, do Institute for Quantitative Social Science da Universidade de Harvard, o repositório permite a criação de múltiplos repositórios de dados de pesquisa, um para cada revista da coleção, com edição e curadoria de dados realizadas pelos próprios periódicos . Um periódico com um Dataverse ativo significa que o mesmo já depositou pelo menos um conjunto de dados, disponibilizado segundo as regras do SciELO Data (Caregnato *et al.*, 2024; Packer, 2025).

Com início como projeto piloto em 2020 e com operação regular em 2022, o SciELO Data segue os padrões internacionais. Até o final de 2024, a adesão dos periódicos brasileiros da SciELO aos repositórios de dados da SciELO Data era ainda pequeno (19% do total de periódicos), explicada pela resistência à abertura dos dados e pela dificuldade operacional dos periódicos em adotar práticas editoriais de curadoria de dados.

Nesse cenário, o uso de repositórios de dados configura o maior desafio para os periódicos avançarem na adoção da Ciência Aberta, requerendo o avanço na política editorial para que a gestão de dados passe a fazer parte do processo de edição. Ademais, no SciELO, a disponibilização dos dados de pesquisa subjacentes aos textos, tem sido, primordialmente, considerada como uma prática que enfrenta mais resistências (Packer, 2025).

### 3 Procedimentos Metodológicos

A biblioteca eletrônica SciELO Brasil (<https://www.scielo.br/>) abrange oito Grandes Áreas do Conhecimento: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar.

Dos 85 periódicos da Grande Área de Ciências da Saúde indexados na biblioteca eletrônica SciELO Brasil, foram analisados 45 (53%) periódicos, com modelo editorial de publicação contínua em dezembro de 2024, mantida em 2025. Justifica-se o critério adotado de publicação contínua em função de esta prática editorial contribuir decisivamente para acelerar a comunicação das pesquisas, promovendo um fluxo ágil com ganhos para toda comunidade científica (SciELO, 2024), em consonância com os princípios da Ciência Aberta.

Os 45 periódicos analisados estão distribuídos em nove áreas do conhecimento (Tabela 1) da Grande Área da Ciências da Saúde, conforme a Tabela de Áreas de Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), todos indexados na biblioteca eletrônica SciELO.

**Tabela 1: Distribuição dos periódicos por área dentro da Grande Área de Ciências da Saúde**

Área do conhecimento	Quant. Periódico
Medicina	26
Educação física	5
Odontologia	5
Enfermagem	2
Fonoaudiologia	2
Saúde Coletiva	2
Educação Sanitária	1
Multidisciplinar; Bioética	1
Saúde e Segurança no Trabalho	1
<b>Total</b>	<b>45</b>

Fonte: dados de pesquisa.

Inicialmente, para o processo de análise das políticas de compartilhamento de dados de pesquisa dos periódicos analisados, para cada um dos 45 periódicos, consultou-se seu website a fim de recuperar informações relacionadas à política de Compartilhamento de Dados de Pesquisa. Com base no estudo de Hrynaszkiewicz *et al.* (2020), as informações disponibilizadas pelos sites dos periódicos foram analisadas sob a perspectiva de sete indicadores: Compartilhamento de dados de pesquisa; Embargos de dados de pesquisa; Citação de dados de pesquisa; Licenciamento de dados de pesquisa; Padronização no formato de dados de pesquisa; Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta; Indicação de repositório. Para cada indicador, consideraram-se três categorias de resposta: Não consta recomendação; Recomenda; Obrigatório.

**Quadro 2: Definição dos indicadores para política de dados de pesquisa**

Indicador	Definição
Compartilhamento de dados de pesquisa	Recomendação ou exigência da publicação dos dados de pesquisa em acesso aberto.
Embargos de dados de pesquisa	Período de tempo após a coleta ou geração dos dados durante o qual não precisam se tornar publicamente acessíveis. Os pesquisadores têm o direito de usar seus próprios dados antes de liberá-los ao público.
Citação de dados de pesquisa	Recomendação ou exigência de que os dados de pesquisa sejam citados e referenciados de forma formal e sistemática, assumindo os dados de pesquisa como produtos científicos citáveis. Esta é uma prática essencial para a valorização da Ciência Aberta.

Licenciamento de dados de pesquisa	Atribuição dos termos legais sob os quais outras pessoas podem acessar, usar, modificar e compartilhar os dados de pesquisa. Entre eles, está a adoção de licenças abertas, como as da família Creative Commons (ex: CC0, CC-BY). A falta de compreensão dos direitos autorais e do licenciamento de dados dificulta que os pesquisadores os compartilhem.
Padronização no formato de dados de pesquisa	Orientação ou exigência dos periódicos e editoras quanto ao tipo de arquivo em que os dados devem ser disponibilizados (por exemplo: .csv, .txt, .xlsx, .xml, .json, .sav, etc.). A padronização dos dados é essencial para a garantia de que os dados de pesquisa sejam úteis, acessíveis e reutilizáveis.
Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta	Exigência de Formulário preenchido pelos autores relativo ao compromisso com a abertura científica. Indica a disponibilização dos dados, licenças e conflito de interesses e financiamento. Também garante transparência, reproduzibilidade e acessibilidade na produção científica.
Indicação de repositório	Recomendação ou exigência na política editorial que prioriza o uso de repositórios como mecanismo preferencial para garantir o acesso duradouro, a preservação, a citação (via DOI) e a curadoria mínima dos dados.

Fonte: Adaptado de Hrynaszkiewicz *et al.* (2020)

Na sequência, a fim de identificar a adesão dos 45 periódicos ao Scielo Data, fez-se a consulta e levantamento junto à plataforma <https://data.scielo.org/>. Os dados recuperados nos websites dos 45 periódicos e na SciELO Data foram registrados em Planilha Excel.

Inicialmente, aplicou-se Teste Qui-Quadrado entre cada um dos sete indicadores analisados e área do conhecimento (Tabela 1) a fim de avaliar a existência de associação estatística entre as áreas de escopo dos periódicos e o comportamento em relação a cada indicador. Para a aplicação do teste, as áreas contempladas com um único periódico (Educação Sanitária, Multidisciplinar/Bioética, Saúde e Segurança no Trabalho) foram agrupadas em uma única categoria (Outras áreas). Em função do resultado dos testes, construiu-se uma tabela síntese com o resultado dos sete indicadores associados à política de dados abertos nos periódicos analisados (Tabela 2).

Na sequência, aplicaram-se Testes Qui-Quadrado entre os sete indicadores, dois a dois, a fim de se avaliar a significância estatística da associação entre eles. Todas as análises estatísticas foram realizadas no software SPSS, adotando o nível de significância igual a 0,05.

#### 4 Resultados

A Tabela 2 apresenta o resultado da aplicação do Teste Qui-Quadrado entre cada um dos sete indicadores analisados e área do conhecimento. Observa-se a ausência da associação estatisticamente significante entre as áreas de escopo dos periódicos e o tipo de informação (não consta recomendação, recomenda e obrigatório) observada em relação ao indicador analisado. Dessa forma, a recomendação ou obrigatoriedade, ou não, em relação a cada característica da política editorial de dados abertos, independe da área de atuação do periódico analisado, dentro da Grande Área da Saúde, o que permite que os 45 periódicos sejam analisados de forma conjunta, ou seja, independente da área.

**Tabela 2: Teste Qui-Quadrado entre indicador analisado relativo à política de dados abertos e a área de conhecimento do periódico.**

<b>Indicador</b>	<b>Área de Conhecimento do Periódico</b>		
	<b>Valor do Qui-Quadrado</b>	<b>Valor de p</b>	<b>Grau de liberdade</b>
Compartilhamento de dados de pesquisa	8,55	0,74	12
Embargos de dados de pesquisa	3,13	0,79	6
Citação de dados de pesquisa	8,64	0,73	12
Licenciamento de dados de pesquisa	0,75	0,99	6
Padronização no formato de dados de pesquisa	0,75	0,99	6
Formulário de conformidade com a Ciência Aberta	4,84	0,96	12
Indicação de repositório	3,98	0,68	6

Fonte: elaboração própria (2025)

A partir dos resultados obtidos na aplicação do Teste Qui-Quadrado (Tabela 2), foi possível analisar os sete indicadores de política de dados abertos, sem levar em conta a área de indexação do periódico, dentro da Grande Área de Ciências da Saúde.

A Tabela 3 apresenta as informações presentes nos websites dos 45 periódicos analisados da área de Ciências da Saúde em relação aos sete indicadores associados à política de dados abertos de pesquisa, organizadas em três categorias: Recomenda; Não consta recomendação, Obrigatório.

Observa-se, inicialmente, que somente em três indicadores a menção à obrigatoriedade da prática está registrada nas orientações; a saber: Disponibilização dos dados; Citação de dados; Formulário de conformidade com a

Ciência Aberta. Por outro lado, para três indicadores, a quase totalidade dos periódicos não apresenta qualquer menção relativa às suas diretrizes: Embargos (89%); Licenciamento de dados (98%); Padronização no formato dos dados de pesquisa (98%).

**Tabela 3: Indicadores associados à política de dados abertos nos 45 periódicos analisados**

<b>Indicador relativo à política de dados abertos</b>	<b>Recomenda</b>	<b>Não consta recomendação</b>	<b>Obrigatório</b>
Compartilhamento de dados de pesquisa	23	12	10*
Embargos de dados de pesquisa	05**	40	-
Citação de dados de pesquisa	10	27	08
Licenciamento de dados de pesquisa	01	44	-
Padronização no formato de dados de pesquisa	01	44	-
Formulário de conformidade com a Ciência Aberta	-	19	26
Indicação de repositório	20	25	-

Fonte: elaboração própria (2025)

Notas: \* Em alguns casos, depende do tipo de artigo, obrigatória mediante solicitação, obrigatória se o avaliador pedir.

\*\* Em alguns casos, permite embargo, se necessário.

A partir da Tabela 3, observa-se que em apenas uma pequena parcela (12, equivalente a 27%) dos periódicos não consta menção relativa à recomendação do compartilhamento dos dados de pesquisa. Dos 73% com informação relativa ao compartilhamento de dados, a maioria (23) apenas recomenda essa prática associada à Ciência Aberta. Ademais, mesmo entre aqueles em que o compartilhamento de dados é obrigatório, há casos de obrigatoriedade parcial, uma vez que a mesma é mediante solicitação do avaliador. Especialmente no âmbito brasileiro, estes resultados representam um avanço na implementação das políticas de compartilhamento de dados, em comparação ao estudo de Araujo e Príncipe (2021), que identificou que somente 33,3% dos periódicos da área da Ciências da Saúde indexados na SciELO até maio de 2021 encorajavam o compartilhamento de dados.

Também Rousi e Laakoo (2020) identificaram diferentes níveis de exigência entre os periódicos da Neurociência quanto ao que deve ser compartilhado, em que momento devem ser disponibilizados e em qual repositório devem ser depositados. O estudo revelou que as políticas editoriais de compartilhamento de dados estão presentes na maioria dos periódicos altamente citados na área de Neurociência, com 85% dos periódicos analisados possuindo alguma política formal. As revistas com políticas de dados (58%) apenas encorajam, mas não exigem, o depósito dos dados em repositórios. Apenas 16% dos periódicos exigiram uma política de dados de pesquisa em suas diretrizes editoriais.

Por outro lado, os resultados encontrados relativos à recomendação do compartilhamento dos dados de pesquisa estão acima da incidência observada por Silveira *et al.* (2023) para a área de Comunicação e Informação, que identificaram que 52% das revistas analisadas encoraja o compartilhamento e abertura dos dados em suas políticas editoriais. Em relação à área do Direito, Araújo e Nobre (2023) identificaram que 16,6% dos periódicos indexados na SciELO solicitam a citação dos dados utilizados e

sugerem um repositório, enquanto os mesmos 16,6% declaram que os dados devem estar abertos e acessíveis para reuso. Os resultados encontrados neste estudo também indicam maior comprometimento das políticas editoriais com o CDP do que o relatado por Walters (2020), o qual menciona que em torno de 25% dos periódicos da área da Saúde e Ciências Biológicas possuem políticas de compartilhamento de dados de algum tipo.

Os resultados diferem também daqueles de Caregnato *et al.* (2024), que observaram que muitos periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data não incluem definições específicas sobre compartilhamento de dados de pesquisa em suas políticas editoriais. Em estudo que avalia as políticas editoriais sobre compartilhamento e citação de dados de pesquisa de periódicos de Acesso Aberto, indexados nos diretórios Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Open Journal Systems (OJS), também Castro *et al.* (2017) observam que aproximadamente 75% dos periódicos não possuíam política de compartilhamento de dados, mesmo que implícita.

Quanto ao período de embargo dos dados, observa-se que em nenhum periódico a menção a essa prática aparece como obrigatória. Ademais, a quase totalidade (40, equivalente a 89%) dos periódicos não faz qualquer observação quanto a essa questão. Entre os poucos em que o embargo é mencionado, verifica-se uma recomendação, ou seja, se necessário.

Quanto à citação de dados de pesquisa, também a maioria (60%) não apresenta qualquer recomendação/orientação sobre a prática. Apenas uma minoria (oito, equivalente a 18%) dos periódicos mencionam em sua política editorial a obrigatoriedade da citação aos dados de pesquisa. Esse resultado se assemelha ao de Castro *et al.* (2017), que observa que as políticas de citação de dados são muito frágeis e raramente mencionadas explicitamente no universo dos periódicos de acesso aberto analisados, indexados no DOAJ e OJS, carecendo de especificidade e sem fornecimento de orientação ao pesquisador sobre o compartilhamento de dados - onde

depositar, como citar e, quando aplicável, como garantir que os dados possam ser replicados. Os resultados se assemelham também com aqueles obtidos por Silveira *et al.* (2023), em que somente 35% das políticas editoriais dos periódicos analisados da área da Comunicação e Informação orientam os autores quanto à citação dos dados de pesquisa.

Apenas um periódico menciona o Licenciamento de dados em sua política editorial. A Licença CC-BY, recomendada pela coleção SciELO, é a mais flexível das licenças disponíveis e recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados. Esta licença permite que o conteúdo da obra seja distribuído, remixado, adaptado, assim como que se criem obras a partir dele, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação original (Vanz, 2023). Esse resultado diverge de Caregnato *et al.* (2024) ao analisarem um conjunto de periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data, em que observam que as políticas de licenciamento em relação aos dados de pesquisa foram abordadas pela maior parte das políticas editoriais analisadas.

Também em relação à prática de padronização no formato dos dados de pesquisa, observou-se a presença da recomendação em apenas um periódico analisado. A padronização no formato dos dados de pesquisa costuma facilitar o seu reuso. Assim, a não recomendação indica um desalinhamento com os princípios FAIR. Esse resultado alinha-se ao de Caregnato *et al.* (2024) que observaram a carência de padronização no formato dos dados a serem submetidos, o que pode dificultar a recuperação, disseminação e preservação desses dados.

O preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta é obrigatório em mais da metade (58%) dos periódicos analisados. Todavia, o Formulário permite justificar o não compartilhamento dos dados. Considerando que 5 periódicos declararam a possibilidade de aceitar um período de embargo e que 27% não mencionam o compartilhamento de dados, infere-se que, em

uma quantidade significativa de periódicos, os dados podem não ser disponibilizados.

Em conformidade com a Ciência Aberta, o compartilhamento de dados deve se dar em repositórios de acesso aberto. Embora a maioria (73%) dos periódicos recomendem ou exijam que os autores compartilhem os dados de pesquisa subjacente ao texto publicado, os resultados apresentados na Tabela 3 evidenciam que apenas 44% dos periódicos indicam repositórios nas suas políticas, principalmente o SciELO Data. Este resultado demonstra que não há um avanço considerável nos últimos anos, pois, em 2021, 42,3% dos periódicos encorajavam o depósito dos dados em repositórios específicos (Araujo & Príncipe, 2021).

Esse resultado está abaixo do apontado por Packer (2025) para o conjunto total de periódicos da SciELO Brasil, o que sugere que a área de Ciências da Saúde enfrenta mais resistência ao compartilhamento de dados de pesquisa que outras Grandes Áreas da biblioteca eletrônica. Os resultados se assemelham àqueles observados para a área de Comunicação e Informação por Silveira *et al.* (2023), em que 46% das políticas editoriais indicam repositórios de dados de pesquisa externos, com vinculação dos links nos próprios periódicos, o que evidencia que os editores escolheram o uso de plataformas externas aos periódicos.

Complementarmente, como resultado da consulta à plataforma SciELO Data, observou-se que apenas três (~7%) periódicos estão presentes na plataforma. Esse resultado pode ser decorrente da incipiente da SciELO Data, iniciada com operação regular em 2022. Quanto aos indicadores analisados relativos à política de compartilhamento de dados de pesquisa presentes nos websites desses três periódicos, observou-se que nenhum deles orienta quanto ao embargo, citação, licenciamento ou padronização no formato dos dados de pesquisa. Por outro lado, somente em dois deles, o preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta é obrigatório, assim como está explícita a indicação do repositório. Por outro lado, em

um dos periódicos não consta recomendação de preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta e nem apresenta em seu website indicação de repositório, o que sugere que, embora este periódico esteja alinhado à faceta CDP do movimento da Ciência Aberta, seu website está ainda imaturo quanto às políticas de CDP.

A Tabela 4 apresenta o resultado da aplicação do Teste Qui-Quadrado entre os sete indicadores de política de dados abertos para o conjunto de 45 periódicos analisados.

**Tabela 4: Teste Qui-Quadrado entre os indicadores associados à política de dados abertos.**

Valor Qui-Quadrado (valor de p)	EDP	CitDP	LDP	PFDP	FCA	IR
CDP	4,25 (0,119)	11,85 (0,019*)	0,98 (0,61)	3,58 (0,167)	18,26 (0,001**)	15,56 (0,000**)
EDP	-	14,03 (0,001**)	0,16 (0,69)	6,65 (0,275)	5,54 (0,063)	1,39 (0,24)
CitDP	-	-	0,62 (0,73)	5,55 (0,062)	6,95 (0,14)	0,161 (0,92)
LDP	-	-	-	0,23 (0,88)	1,40 (0,50)	1,28 (0,26)
PFDP	-	-	-	-	0,82 (0,66)	1,28 (0,26)
FCA	-	-	-	-	-	8,88 (0,012*)

Fonte: elaboração própria (2025)

Legenda: CDP = compartilhamento de dados de pesquisa; E = Embargos de dados de pesquisa; CitDP = Citação de dados de pesquisa; LDP = Licenciamento de dados de Pesquisa; PFDP = Padronização formato de dados de pesquisa; FCA = Formulário de conformidade com a Ciência Aberta; IR = Indicação de Repositório.

\*Associação estatística significante no nível 0.05

\*\*Associação estatística significante no nível 0.01.

Os resultados dos Testes Qui-Quadrado mostram cinco associações estatisticamente significantes entre os sete indicadores de política de dados abertos nos periódicos analisados, sendo três delas envolvendo o indicador de menção ao compartilhamento dos dados de pesquisa. A associação estatisticamente significante entre CDP e os indicadores CitDP, IR e FCA demonstra que políticas de dados abertos são implementadas de forma correlacional: periódicos que incentivam o compartilhamento de dados não

o fazem isoladamente, mas o combinam com o procedimento do formulário de ciência da adesão ao movimento da Ciência Aberta, assim como a mecanismos que complementam a rastreabilidade e acesso dos dados, como a citação de dados e uso de repositórios. Desse modo, a partir dessas associações, pode-se inferir que há uma consistência entre a política editorial do periódico requerer o preenchimento do FCA e a recomendação ao CDP, evidenciando que os editores entendem a prática de CDP como intrínseca à Ciência Aberta. Ademais, há uma coerência editorial nas recomendações dos periódicos: quando eles se posicionam quanto ao CDP, se preocupam quanto a sua operacionalização, orientando sobre questões decorrentes dessa prática, como onde depositar (IR) e como citar (CitDP).

A associação estatística entre embargos e citação de dados reforça que, mesmo durante restrições temporárias de acesso, há preocupação com a rastreabilidade dos dados. Em contraste, aspectos como licenciamento e padronização, não mostram tendência a coexistirem nos periódicos analisados.

De maneira geral, o projeto conduzido por Vanz *et al.* (2019), proposto pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), retrata o panorama brasileiro no que tange ao compartilhamento de dados. Esse projeto buscou identificar, no âmbito do Acesso Aberto a Dados de Pesquisa, entre outros aspectos, as percepções de 4.703 pesquisadores brasileiros em relação ao compartilhamento e reuso de dados. Observou-se que esta prática não é comum na ciência brasileira, já que um baixo percentual de respondentes (9,2%) afirmaram compartilhar todos os seus dados de pesquisa, ao passo que 37% não compartilham dado algum. Especificamente, 35,3% dos pesquisadores na área de Ciências da Saúde não compartilham dados. A falta de exigência de compartilhamento foi indicada por 31,9% dos pesquisadores como uma das principais causas da ausência. Porém, também foram mencionadas a falta de infraestrutura e de

informação especializada, o que pode indicar uma clara necessidade de políticas mais rígidas, assim como, maiores esclarecimentos e incentivos à comunidade científica.

## 5 Considerações Finais

Conclui-se que, embora o CDP seja amplamente discutido no contexto da Ciência Aberta, sua aplicabilidade ainda é limitada entre os periódicos brasileiros da área de Ciências da Saúde indexados na biblioteca eletrônica SciELO.

A maioria carece de diretrizes claras sobre CDP e, quando presentes, essas políticas são apenas recomendações, com baixa exigência de práticas como citação, padronização e indicação de repositório.

Os resultados indicaram que, no caso da recomendação ao compartilhamento de dados, há avanços quantitativos em relação a anos anteriores, validando as políticas e práticas empregadas em prol da Ciência Aberta.

Cerca de metade dos periódicos faz uma recomendação, ao passo que, em um pouco mais de 20%, há a obrigatoriedade de compartilhamento. O período de embargo é pouco mencionado nas políticas, assim como a obrigatoriedade da citação aos dados de pesquisa. Da mesma forma, o licenciamento e a padronização no formato dos dados são recomendados em apenas um periódico analisado.

Já o preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta se mostrou uma recomendação recorrente. Porém, o Formulário permite justificar o não compartilhamento dos dados.

Quanto aos repositórios, quase metade dos periódicos indica onde depositar os dados, sugerindo principalmente o SciELO Data. Porém, considerando-se que 73% dos periódicos fazem menção ao compartilhamento, percebe-se uma lacuna na orientação aos autores quanto às melhores práticas de depósito em repositórios de acesso aberto.

Estes resultados evidenciam que, apesar da SciELO oferecer um guia com diretrizes para os periódicos indexados, há necessidade de maior rigor no cumprimento das mesmas, assim como na supervisão deste cumprimento. Assim, observou-se que pode ser preciso um maior incentivo e engajamento por parte das editoras e agências de fomento, na promoção de uma cultura de CDP alinhados aos princípios FAIR.

Nesse cenário, considera-se que para ampliar e consolidar a prática do compartilhamento dos dados de pesquisa, característica do movimento da Ciência Aberta, considera-se necessária a pressão da sociedade, com a comunidade científica (autores, editores, avaliadores, entidades tomadoras de decisões político-científicas) como parceira no movimento de democratização da ciência. Nesse sentido, destaca-se o papel das agências de fomento exigindo que pesquisas financiadas com dinheiro público se alinhem ao movimento da Ciência Aberta e compartilhem os dados de pesquisa, sem prescindir das restrições de ética, confidencialidade e segurança que se aplicam.

Espera-se que os resultados obtidos abram caminhos para futuras pesquisas, ao permitir propor diversas questões de pesquisa futuras, especialmente em função das limitações do presente estudo. O escopo do estudo restringiu-se a periódicos da Grande Área da Saúde, indexados na Coleção SciELO Brasil (pioneira na comunicação Ciência Aberta, na modalidade dourada), estando assim limitado a um campo científico, região geográfica e plataforma de comunicação científica específicos, com peculiaridades, cultura e epistemologia próprios. Nesse sentido, estudos futuros podem ampliar o universo de pesquisa para outras áreas, bases bibliográficas e países.

Ademais, neste estudo, não foi analisado o impacto do rigor das políticas editoriais sobre a frequência do compartilhamento de dados de pesquisa pelos autores das publicações, que pode ser uma questão a ser comprovada em pesquisas futuras. Também a associação entre compartilhamento de dados e o impacto

científico do periódico é uma questão de pesquisa a ser investigada. Da mesma forma, também a associação entre a política de compartilhamento de dados e o tipo de editora (pública ou privada) configura sugestão de pesquisa futura.

## 6 Referências

- Araujo, L., & Príncipe, E. (2021). Adesão das revistas brasileiras de saúde às práticas de ciência aberta pelos critérios SciELO Brasil. *Anais do Abec Meeting 2021*, Botucatu. <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2021.7>
- Araújo, P. C., & Nobre, R. L. S. (2023). Práticas de ciência aberta dos periódicos científicos do domínio do Direito indexados na coleção SciELO Brasil. (2023). *BiblioCanto*, 9(2), 82–88. <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33812>
- Caregnato, S. E., Rosa, J. A., & Rodrigues, P. H. S. (2024). Políticas editoriais sobre dados de pesquisa em periódicos no Repositório SciELO Data. *Ciência inclusiva e global: Métricas, dados e infraestruturas*. <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.285>
- Castro, E., Zyk, N., & Fenner, M. (2017). Evaluating and promoting open data practices in open access journals. *Journal of Scholarly Publishing*, 49(1), 66–88. <https://doi.org/10.3138/jsp.49.1.66>
- Corrales-Garay, D., Ortiz-de-Urbina-Criado, M., & Mora-Valentín, E. M. (2019). Knowledge areas, themes and future research on open data: A co-word analysis. *Government Information Quarterly*, 36(1), 77–87. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.10.008>
- Correa-Orrego, A. I., Araújo, K.M., Araújo, P.C., Rode, S.M. & Grácio, M.C.C. (2025, maio). As dimensões da Ciência Aberta na Base SciELO Brasil: Similaridade entre as grandes áreas [Conference presentation]. Latmétricas 2025, México.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2017). *Ciência aberta e gestão de dados de pesquisa*. <https://fapesp.br/openscience/>
- Fischer, B., & Piskorz-Ryń, A. (2021). Re-use of research data. *Prawo i Więź*, 36(2), 96–111. <https://doi.org/10.36128/priw.vi36.292>
- Hrynaszkiewicz, I., Simons, N., Hussain, A., Grant, R., & Goudie, S. (2020). Developing a research data policy framework for all journals and publishers. *Data Science Journal*, 19(1), 5. <https://doi.org/10.5334/dsj-2020-005>
- Jorge, V. A., & Albagli, S. (2018). Compartilhamento de dados de pesquisa em saúde: Iniciativas do National Institutes of Health (NIH). *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 12(4), 415–422. <https://doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1499>
- Lee, J. Y., & Chung, E. (2022). Mapping open science research using a keyword bibliographic coupling analysis network. *Information Research*, 27(4). <https://doi.org/10.47989/irpaper949>
- Martínez Samper, P., Gmelch, N. & Xarles Jubany, G. (2019). El plan de acción de conocimiento abierto de la UOC: la apuesta por un cambio cultural de la Universidad. *RUIDERAe: Revista de Unidades de Información*, (15).
- Monteiro, E. S., & Sant'Ana, R. (2022). Factors that influence researchers' state of anomie in the research data sharing process. *Mobile Networks and Applications*, 27(4), 1952–1957. <https://doi.org/10.1007/s11036-022-01967-x>
- Packer, A. L. (2025). O empreendimento de ciência aberta do SciELO. *Ciência e Cultura*, 77(1). <https://doi.org/10.5935/2317-6660.20250006>
- Piwowar, H. A. (2011). Who shares? Who doesn't? Factors associated with openly

- archiving raw research data. *PLoS ONE*, 6(7), e18657. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0018657>
- Rousi, A. M., & Laakso, M. (2020). Journal research data sharing policies: A study of highly-cited journals in neuroscience, physics, and operations research. *Scientometrics*, 124(1), 131–152. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03467-9>
- Caregnato, S. E., Rocha, R. P., & Gabriel Júnior, R. F. (2021). Reúso de dados: Princípios FAIR e o ecossistema de pesquisa. In L. F. Sales (Ed.), *Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa*. IBICT. [https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1182/2/IBICT\\_Principios%20FAIR%20aplicados%20a%20gest%C3%A3o%20de%20dados%20de%20pesquisa\\_2021.pdf](https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1182/2/IBICT_Principios%20FAIR%20aplicados%20a%20gest%C3%A3o%20de%20dados%20de%20pesquisa_2021.pdf)
- SciELO. (2024). *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na coleção SciELO Brasil*. <https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>
- Silveira, L. da. (2023). *Políticas editoriais de periódicos no ecossistema da ciência aberta: Impactos da avaliação por pares aberta, pré-print e dados abertos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Silveira, L. da, Silva, F. C. C. da, & Barbosa, A. D. (2023). Políticas editoriais de dados científicos em periódicos da área de comunicação e informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 16(1), 286–306. <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.42055>
- Silveira, L. da, et al. (2023). Taxonomia da Ciência Aberta: Revisada e ampliada. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 28, 1–22. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>
- Sturges, P., Bamkin, M., Anders, J. H., Hubbard, B., Hussain, A., & Heeley, M. (2015). Research data sharing: Developing a stakeholder-driven model for journal policies. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 66(12), 2445–2455.
- UNESCO. (2021). *Recomendação da UNESCO sobre ciência aberta*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por)
- Vanz, S. A. S., Azambuja, L. A. B., Gabriel Júnior, R. F., Rocha, R. P., Caregnato, S. E., Pavão, C. M. G., Passos, P. C. S. J., & Borges, E. N. (2019). Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: Mapeamento de repositórios, práticas e percepções dos pesquisadores e tecnologias. *Ciência da Informação*, 48(3).
- Vanz, S. A. S., et al. (2023). *Gestão de dados de pesquisa*. Porto Alegre: RDPBrasil.
- Veiga, V. S. O., Machado, R., Jorge, V. A., & Penedo, E. (2019). Compartilhamento de dados de pesquisa na Fiocruz: Diagnóstico e percepção do pesquisador. *Ciência da Informação*, 48(3). <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i3.4999>
- Veiga, V. S. O., Silva, C. H., & Borges, M. M. (2021). Modelo de fatores que influenciam no comportamento de compartilhamento de dados de pesquisa (MFDados). In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Orgs.), *Sob a lente da ciência aberta: Olhares de Portugal, Espanha e Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Veiga, V. S. O. (2024). Princípios FAIR. AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, 13, 1–3. <https://doi.org/10.5380/atoz.v13i0.97888>
- Vila Nova, S., Lóscio, B. F., & Oliveira, M. I. S. (2024). Compartilhamento de dados de pesquisa: Uma análise temática de

fatores intervenientes. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 18, e024022.  
<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2024.v18.e024022>

Walters, W. H. (2020). Data journals:  
Incentivizing data access and documentation within the scholarly communication system. *Insights: The UKSG Journal*, 33(1), 18.  
<https://doi.org/10.1629/uksg.510>

Wilkinson, M. D., et al. (2016). The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, 3, Article 160018.  
<https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>